SUMÁRIO

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DIREITO INTERTEMPORAL – APLICAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA 43

DIREITO INTERTEMPORAL E A REFORMA TRABALHISTA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 43
   - 1.1 Aplicação da Reforma Trabalhista aos contratos em curso..... 43
   - 1.2 Grupo econômico por coordenação..... 44

CAPÍTULO II

REGULAMENTO DE EMPRESA, PRINCÍPIOS E PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA..... 45

REGULAMENTO DE EMPRESA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 45
   - 1.1 Validade da dispensa do empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu procedimentos específicos antes da dispensa de seus trabalhadores..... 45
2. Súmulas e OJs do TST 47
   - 2.1 Regulamento de Empresa..... 47
   - 2.2 Complementação de aposentadoria 48

PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI

1. Súmulas e OJs do TST 50
   - 1.1 Eficácia temporal das normas trabalhistas..... 50

PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 51
1.1 Plano de Demissão Voluntária 51
2. Súmulas e OJs do TST 51
2.1 Não incidência do imposto de renda. 51
2.2 Impossibilidade de compensação 51

CAPÍTULO III
SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO - EMPREGADO E EMPREGADOR 53

APRENDIZAGEM
1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 53
1.1 Vedação da flexibilização da cota de aprendizagem por norma coletiva 53
1.2 Idade mínima para o trabalho 54
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 54
2.1 Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes 54

DIRETOR ELEITO
1. Súmulas e OJs do TST 54

BANCÁRIO
1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 55
1.1 Duração do trabalho do bancário 55
1.2 Salário e remuneração do bancário 57
1.3 Cargo de confiança e fidúcia especial 58
1.4 Enquadramento como bancário 58
1.5 Ausência de enquadramento como bancário 59
2. Súmulas e OJs do TST 59
2.1 Jornada de trabalho do bancário 59
2.2 Salário e remuneração 60
2.3. Complementação de aposentadoria 61
2.4 Bancário empregado de grupo econômico 62
2.5 Cargo de confiança 62
2.6 Sábado como dia útil não trabalhado 63
2.7 Empregados equiparados aos bancários 63
2.8 Empregados não equiparados aos bancários 63
2.9 Regulamento interno 64

2.10 Sucessão trabalhista em estabelecimentos bancários 64

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 64
1.1 Intervalo de digitação do bancário 64
1.2 Gerente geral da Caixa Econômica Federal 64
1.3 Cargo de confiança e fidúcia especial 65

EMPREGADO RURAL

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 65
1.1 Horas trajeto 65
1.2 Pagamento das horas extras na colheita de laranjas 65
1.3 Pausa especial para o trabalhador rural 65
2. Súmulas e OJs do TST 66
2.1 Enquadramento como trabalhador rural. Empresa de reflorestamento. 66
2.2 Prescrição do trabalhador rural 66
2.3 Salário-família 66

PETROLEIROS

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 67
1.1 Horas trajeto 67
1.2 Reflexos das horas extras 67
2. Súmulas e OJs do TST 67

EMPREGADO PÚBLICO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 68
1.1 Dispensa imotivada do empregado público 68
1.2 Regime jurídico único 68
1.3 Transposição de regime celetista para estatutário 69
1.4 Remuneração do servidor público 70
1.5 Férias e pagamento do terço constitucional 72
1.6 Contrato nulo de empregado público não submetido à prévia aprovação em concurso público 72
1.7 Contrato temporário 73
1.8 Sistema S e concurso público 73
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 74
2.1 Contrato nulo 74

2.2 Empresa pública privatizada 74
2.3 Parcela sexta-parte prevista na Constituição do Estado de São Paulo 75
3. Súmulas e OJs do TST 75
3.1 Salário proporcional à jornada 75
3.2 Ausência de concurso público 75
3.3 Alteração da jornada de trabalho do empregado público 76
3.4 Equiparação salarial na Administração Pública 76
3.5. Estabilidade do empregado público 77
3.6 Multa do art. 477, 8º, da CLT para pessoa jurídica de direito público 77
3.7 Teto remuneratório nas empresas públicas e sociedades de economia mista 77

POLICIAL MILITAR – RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM EMPRESA PRIVADA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 78
1.1 Reconhecimento do vínculo empregatício 78
2. Súmulas e OJs do TST 78

GRUPO ECONÔMICO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 79
1.1 Redirecionamento da execução 79
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 79
2.1 Venda de produtos entre empresas do grupo econômico do banco 79
2.2 Ausência de responsabilidade 80
2.3 Grupo econômico por coordenação 80
3. Súmulas e OJs do TST 80
3.1 Contrato de trabalho único 80
3.2 Grupo econômico e bancário 80
3.3 Grupo econômico e sucessão 81

SUCESSÃO TRABALHISTA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 81
1.1 Ausência de responsabilidade 81
2. Súmulas e OJs do TST 81
2.1 Sucessão trabalhista em estabelecimento bancário 81
2.2 Sucessão em grupo econômico 81

2.3 Desmembramento de municípios 82
2.4 Sucessão em razão de privatização 82
2.5 Contrato de concessão de serviço público 82
2.6 Sucessão trabalhista e penhora de bens em pessoa de direito público 82

PODERES DO EMPREGADOR

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 83
1.1 Revista em pertences e dano moral 83
2. Súmulas e OJs do TST 83

EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 84
1.1 Empresas estatais e a Lei nº 11.101/2005 84
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 84
2.1 Multas dos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT 84
3. Súmulas e OJs do TST 84
3.1 Diferenciação com a massa falida 84

CAPÍTULO IV

PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER 85

GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 85
1.1 Estabilidade da gestante 85
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 86
2.1 Estabilidade da gestante 86
2.2 Ajuizamento de ação após o período estabilitário 87
2.3 Garantia provisória no emprego para a gestante no trabalho temporário (Incidente de Assunção de Competência) 87
3. Súmulas e OJs do TST 88
3.1 Generalidades sobre estabilidade da gestante 88
3.2 Impossibilidade de renúncia ou transação 88
3.3 Pedido de reintegração após o período estabilitário 88

LICENÇA-MATERNIDADE

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 89
1.1 Serviço público 89
1.2 Termo inicial da licença-maternidade 89

1.3 Licença-maternidade da adotante 89
1.4 Unificação da licença-maternidade de gestantes e adotantes 90
1.5 Licença-maternidade do pai genitor monoparental 90
1.6 Tema correlato: licença-paternidade 91

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 91
1.1 Afastamento de funções insalubres 91
1.2 Recepção pela Constituição Federal do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário. 92
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 92
2.1 Intervalo remunerado do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário, no período anterior à Reforma Trabalhista 92

AFASTAMENTO DA EMPREGADA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 93
1.1 Natureza da prestação e responsabilidade pelo pagamento 93

CAPÍTULO V

RELAÇÕES DE TRABALHO QUE NÃO CONFIGURAM VÍNCULO DE EMPREGO 95

TRABALHADOR AVULSO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 95
1.1 Adicional de riscos do trabalhador portuário avulso 95
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 95
2.1 Atividade de movimentação de mercadorias e categoria diferenciada 95
2.2 Trabalhador avulso portuário e prescrição 96

CAPÍTULO VI

TERCEIRIZAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, DONO DA OBRA E SUBEMPREITADA 97

TERCEIRIZAÇÃO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórias do STF 97
1.1 Equiparação salarial na terceirização 97
1.2 Licitude da terceirização nas atividades meio e fim 97

1.3 Prestação do serviço autônomo de transporte de cargas 98
1.4 Prestação do serviço de beleza por meio de contrato de parceria 98
1.5 Terceirização na Administração Pública 99
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 100
2.1 Alegações de fraude e litisconsórcio passivo 100
2.2 Contrato de transporte e sua natureza comercial 101
2.3 Responsabilidade subsidiária 101
3. Súmulas e OJs do TST 102
3.1 Generalidades sobre terceirização 102
3.2 Vínculo de emprego com a administração pública no período anterior a Constituição Federal de 1988 103
3.3 Contrato de trabalho com a associação de pais e mestres 103

TRABALHO TEMPORÁRIO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 103
1.1 Garantia provisória no emprego da gestante no trabalho temporário 103
2. Súmulas e OJs do TST 103
2.1 Vínculo de emprego com a administração pública no período anterior a Constituição Federal de 1988 103

DONO DA OBRA E SUBEMPREITADA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 104
1.1 Responsabilidade do dono da obra em empreitada 104
2. Súmulas e OJs do TST 104

CAPÍTULO VII

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO 105

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 105
1.1 Anotações na CTPS 105
1.2 Indenização por danos morais e CTPS 105
2. Súmulas e OJs do TST 106
2.1 Valor de anotações na CTPS 106
2.2 Aviso-prévio indenizado e a baixa na CTPS 106

CONTRATAÇÃO DO EMPREGADO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 106
   1.1 Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais 106
2. Súmulas e OJs do TST 107
   2.1 Classificação do contrato de trabalho 107

CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 107
   1.1 Constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente 107

NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 108
   1.1 Contrato nulo de empregado público não submetido à prévia aprovação em concurso público. 108
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 109
   2.1 Contratação de servidor público sem concurso público 109
   2.2 Policial militar e o reconhecimento de vínculo de emprego com empresa privada. 110
3. Súmulas e OJs do TST 110
   3.1 Ausência de concurso público 110
   3.2 Policial militar 111
   3.3 Trabalho ilícito 111
   3.4 Estagiário 111
   3.5 Oficial de justiça ad hoc 111

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 112
   1.1 Aposentadoria especial 112
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 112
   2.1 Aposentadoria por invalidez 112
   2.2 Contagem da prescrição 113
3. Súmulas e OJs do TST 114
   3.1 Comparecimento à Justiça do Trabalho 114
   3.2 Aposentadoria por invalidez 114
   3.3 Empregado eleito para ocupar cargo de diretor 114

ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 115

1.1 Correios Saúde e cobrança de mensalidade 115
1.2 Alteração do turno de trabalho 115
1.3 Jornada do professor 115
1.4 Direito à manutenção do plano de saúde enquanto o contrato de trabalho estiver suspenso por aposentadoria por invalidez.. 116
1.5 Mudança em forma de cálculo de abono 116
2. Súmulas e OJs do TST 117
2.1 Transferência 117
2.2 Jornada de trabalho 117
2.3 Salário e remuneração 117

CLÁUSULA PENAL

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 119
1.1 Valor da multa 119

CAPÍTULO VIII

DURAÇÃO DO TRABALHO 121

TEMPO A DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 121
1.1 Motorista profissional 121
1.2 Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador 124
2. Súmulas e Ojs do TST 125
2.1 Permanência do tripulante a bordo do navio 125
2.2 Intervalos não previstos em lei 125

CONTROLE DE JORNADA E REGISTRO DE PONTO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 125
1.1 Cartões de ponto 125
1.2 Limite de tolerância do intervalo intrajornada 126
2. Súmulas e OJs do TST 126
2.1 Fiscalização da jornada 126

TRAJETO PARA O TRABALHO - HORA IN ITINERE

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 126
1.1 Direito intertemporal e a Reforma Trabalhista 126
1.2 Petroleiro 127
1.3 Trabalhador rural 127

SOBREAVISO E PRONTIDÃO

1. Súmulas e OJs do TST 127
1.1 Aplicação por analogia das horas de sobreaviso aos eletricitários 127
1.2 Uso de instrumentos telemáticos ou informatizados 127
1.3 Adicional de periculosidade durante as horas de sobreaviso 128

EMPREGADOS NÃO SUBMETIDOS A LIMITAÇÃO DE JORNADA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 128
1.1 Gerente geral bancário 128
1.2 Gerente geral da CEF 128
2. Súmulas e OJs do TST 129
2.1 Ferroviário e atividade externa 129
2.2 Gerente de agência e gerente geral 129
2.3 Tacógrafo e atividade externa 129

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

1. Súmulas e OJs do TST 129
1.1 Intervalo não descaracteriza o turno ininterrupto 129
1.2 Petroleiros 129
1.3 Ferroviários 130
1.4 Prorrogação do horista e a necessidade de acordo ou convenção coletiva 130
1.5 Mera alternância entre o período diurno e noturno já caracteriza o turno ininterrupto 130
1.6 Hora noturna reduzida 130
1.7 Alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias 131

TRABALHO NOTURNO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 131
1.1 Transferência do período noturno para o diurno 131
1.2 Horas extras prestadas no período noturno e base de cálculo . 131
1.3 Intervalo intrajornada e redução ficta da hora noturna 132
1.4 Gorjetas não incidem na base de cálculo do adicional noturno 132
2. Súmulas e OJs do TST 132
2.1 Hora noturna e adicional noturno 132
2.2 Transferência do período noturno para o diurno 133
2.3 Prorrogação do horário noturno na jornada 12x36 133
2.4 Trabalho noturno dos petroleiros 133

2.5 Hora noturna dos portuários 133
2.6 Hora noturna reduzida e turnos ininterruptos de revezamento . 133
2.7 Vigia 134

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 134
1.1 Constitucionalidade da Jornada 12x36 por acordo individual ... 134
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 134
2.1 Descaracterização do acordo de compensação de jornada 134
3. Súmulas e OJs do TST 135
3.1 Requisitos e descaracterização do acordo de compensação de jornada 135
3.2 Validade da semana espanhola 136

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 136
1.1 Base de cálculo das horas extras 136
1.2 Divisor aplicável as horas extras dos bancários 137
1.3 Majoração do DSR decorrente de horas extras habitualmente prestadas 138
1.4 Horas extras habitualmente prestadas e acordo de compensação 139
1.5 Não pagamento contumaz das horas extras devidas 140
1.6 Horas extras e reflexo no DSR dos petroleiros 140
1.7 Não concessão do intervalo para recuperação térmica ao empregado exposto a calor excessivo e o pagamento de horas extras 140
1.8 Parcelas vincendas de horas extras 140
1.9 Horas extras dos empregados rurais remunerados por produção 141
1.10 Cálculo do salário hora e horas extras 141
1.11 Dedução/abatimento das horas extras 141
1.12 Indenização por supressão de trabalho extraordinário reconhecido somente em juízo 142
1.13 Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado 142
2. Súmulas e OJs do TST 143
2.1 Integração do adicional de horas extras na indenização por antiguidade 143
2.2 Ferroviários e atividade externa 143

2.3 Horas extras do marítimo 143
2.4 Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado 143
2.5 Sábado como dia útil não trabalhado do bancário 143
2.6 Intervalo não previsto em lei 143
2.7 Base de cálculo das horas extras 144
2.8 Integração das horas extras 146
2.9 Registro de jornada e horas extras 147
2.10 Horas extras habitualmente prestadas 147
2.11 Horas extras do comissionista 147
2.12 Horas extras e salário por produção 148
2.13 Limitação das horas extras diárias e reflexos 148
2.14 Horas extras dos petroleiros em turnos ininterruptos de revezamento 148
2.15 Horas extras do professor 148
2.16 Supressão parcial ou total do intervalo intrajornada do maquinista e horas extras 148
2.17 Prescrição total das horas extras 149
2.18 Dedução/abatimento das horas extras 149
2.19 Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado 149

JORNADAS ESPECIAIS

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 149
1.1 Gerente geral da CEF 149
1.2 Empregado público que possui filho com TEA e jornada reduzida 150
1.3 Empregado do teleatendimento ou telemarketing e jornada reduzida 150
1.4 Jornalista e jornada reduzida 150
1.5 Redução da carga horária de aulas do professor em virtude da diminuição do número de alunos 151
1.6 Jornada de 12 horas na Fundação Casa 151
1.7 Gerente geral e gerente de agência bancária 151
2. Súmulas e OJs do TST 152
2.1 Jornadas reduzidas 152
2.2 Redução da carga horária do professor 152
2.3 Jornada de trabalho do gerente geral e do gerente de agência 152

INTERVALO INTRAJORNADA E INTERJORNADA

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 153
1.1 Motorista profissional 153
1.2 Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador 156
1.3 Recepção pela Constituição Federal do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário 156
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 157
2.1 Limite de tolerância do intervalo intrajornada 157
2.2 Intervalos remunerados 157
2.3 Intervalo para recuperação térmica ao empregado exposto a calor excessivo e horas extras 158
2.4 Intervalo intrajornada e redução ficta da hora noturna 158
2.5 Não concessão contumaz do intervalo intrajornada 159
3. Súmulas e OJs do TST 159
3.1 Intervalo não previsto em lei 159
3.2 Intervalo remunerado 159
3.3 Intervalo do maquinista ferroviário 159
3.4 Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado 160
3.5 Intervalo intrajornada e turnos ininterruptos de revezamento 160
3.6 Intervalo não remunerado 160

DSR – DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

1 Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 160
1.1 Trabalho no comércio aos domingos e feriados 160
2 Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 161
2.1 Repouso semanal remunerado dos bancários 161
2.2 Reflexos do DSR 162
2.3 Base de cálculo do DSR 162
2.4 Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho 163
2.5 Inclusão dos empregados regidos no art. 62, II da CLT 163
3. Súmulas e OJs do TST 163
3.1 Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado 163
3.2 Comissionista e descanso semanal remunerado 163
3.3 Sábado do bancário não configura DSR 164
3.4 Trabalho no DSR sem compensação 164
3.5 Integração do acional de horas extras ao DSR 164

3.6 Parcelas pagas sem repercussão no DSR 164
3.7 Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho 165
3.8 Atestado médico para evitar descanso do DSR 165
3.9 DSR do professor 165
3.10 Turnos ininterruptos de revezamento 165

FÉRIAS

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 165
1.1 Pagamento em dobro 165
1.2 Contribuição social sobre o terço constitucional de férias 166
1.3 Impossibilidade de restrição municipal ao gozo de férias por servidor em licença-saúde 166
1.4 Direito adquirido às férias e pagamento do terço constitucional 166
1.5 Limitações ao décimo terceiro e às férias dos servidores temporários 167
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 167
2.1 Férias proporcionais no pedido de demissão 167
3. Súmulas e OJs do TST 167
3.1 Férias proporcionais 167
3.2 Remuneração das férias 168
3.3 Férias gozados após o período de concessão 168
3.4 Faltas e duração das férias 168
3.5 Férias do professor 169
3.6 Férias em substituição de caráter eventual 169

CAPÍTULO IX

REMUNERAÇÃO 171

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 171
1.1 Piso nacional da enfermagem e a ADI 7222 171
1.2 Remuneração do servidor público 174
1.3 Vedação do salário mínimo como indexador de base de cálculo 175
1.4 Remuneração inferior ao salário mínimo 176
1.5 Lei nº 14.611/2023 – Lei da igualdade salarial 177
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 177

2.1 Salário-hora 177
2.2 Salário proporcional à jornada e salário profissional 178
2.3 Gorjetas 179
2.4 Parcela sexta-parte prevista na Constituição do Estado de São Paulo 179
2.5 Salário complessivo 179
3. Súmulas e OJs do TST 180
3.1 Salário e remuneração. Generalidades 180
3.2 Gorjetas 181
3.3 Salário profissional e salário proporcional à jornada reduzida 181
3.4 Salário-hora 182
3.5 Salário complessivo 183
3.6 Salário por produção 183
3.7 Aumento salarial concedido pela empresa e salário-utilidade 183

PARCELAS SALARIAIS

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 184
1.1 Remuneração do servidor público 184
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 184
2.1 Comissões 184
2.2 Gratificações 185
3. Súmulas e OJs do TST 186
3.1 Salário e remuneração. Generalidades 186
3.2 Adicional de risco do portuário 187
3.3 Adicional por tempo de serviço e adicional regional 187
3.4 Abono previsto em norma coletiva 187
3.5 Gratificação natalina ou décimo terceiro salário 187

ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 188
1.1 Base de cálculo das horas extras 188
1.2 Divisor aplicável as horas extras dos bancários 190
1.3 Majoração do DSR decorrente de horas extras habitualmente prestadas 191
1.4 Horas extras habitualmente prestadas e acordo de compensação 191
1.5 Não pagamento contumaz das horas extras devidas 192
1.6 Horas extras e reflexo no DSR dos petroleiros 192
1.7 Não concessão do intervalo para recuperação térmica ao em-

pregado exposto a calor excessivo e o pagamento das horas extras ... 193
1.8 Parcelas vincendas de horas extras ... 193
1.9 Horas extras dos empregados rurais ... 193
1.10 Cálculo do salário hora e horas extras ... 193
1.11 Dedução/abatimento das horas extras ... 194
1.12 Indenização por supressão de trabalho extraordinário reconhecido somente em juízo ... 194
1.13 Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado ... 195
2. Súmulas e OJs do TST ... 195
2.1 Integração do adicional de horas extras na indenização por antiguidade ... 195
2.2 Ferroviários e atividade externa ... 195
2.3 Horas extras do marítimo ... 195
2.4 Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado ... 196
2.5 Sábado como dia útil não trabalhado do bancário ... 196
2.6 Intervalo não previsto em lei ... 196
2.7 Base de cálculo das horas extras ... 196
2.8 Integração das horas extras ... 198
2.9 Registro de jornada e horas extras ... 199
2.10 Horas extras habitualmente prestadas ... 199
2.11 Horas extras do comissionista ... 200
2.12 Horas extras e salário por produção ... 200
2.13 Limitação das horas extras diárias e reflexos ... 200
2.14 Horas extras dos petroleiros em turnos ininterruptos de revezamento ... 201
2.15 Horas extras do professor ... 201
2.16 Supressão parcial ou total do intervalo intrajornada do maquinista e horas extras ... 201
2.17 Prescrição total das horas extras ... 201
2.18 Dedução/abatimento das horas extras ... 201
2.19 Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado ... 202

ADICIONAL DE NOTURNO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo ... 202
1.1 Transferência do período noturno para o diurno ... 202
1.2 Horas extras prestadas no período noturno e base de cálculo . 202
1.3 Intervalo intrajornada e redução ficta da hora noturna ... 203

1.4 Gorjetas não incidem na base de cálculo do adicional noturno 203
2. Súmulas e OJs do TST 203
2.1 Hora noturna e adicional noturno 203
2.2 Transferência do período noturno para o diurno 204
2.3 Prorrogação do horário noturno na jornada 12x36 204
2.4 Trabalho noturno dos petroleiros 204
2.5 Hora noturna dos portuários 204
2.6 Hora noturna reduzida e turnos ininterruptos de revezamento . 204
2.7 Vigia 205

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

1. Súmulas e OJs do TST 205

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 205
1.1 Base de cálculo 205
1.2 Afastamento da gestante 206
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 206
2.1 Quando o adicional de insalubridade não é devido 206
2.2 Quando o adicional de insalubridade é devido 207
2.3 Impossibilidade de cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade 208
2.4 Dispensa da perícia 208
2.5 Base de cálculo diferenciada para agentes comunitários de saúde 208
3. Súmulas e OJs do TST 209
3.1 Base de cálculo 209
3.2 Integração 209
3.3 Perícia 209
3.4 Não caracterização da atividade insalubre 210
3.5 Caracterização da atividade insalubre 210
3.6 Fornecimento de aparelhos de proteção 210
3.7 Substituição processual 211
3.8 Causa de pedir 211
3.9 Condenação ao pagamento do adicional de insalubridade 211

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 211
1.1 Quando o adicional não é devido 211

1.2 Quando o adicional é devido 212
1.3 Cumulação do adicional de periculosidade do carteiro motorizado com o adicional de atividade de distribuição e/ou coleta externa (AADC) da ECT 214
1.4 Impossibilidade de cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade 214
1.5 Desnecessidade de perícia 215
1.6 Base de cálculo das horas variáveis dos aeronautas e o adicional de periculosidade 215
1.7 A questão dos motociclistas e o adicional de periculosidade 215
2. Súmulas e OJs do TST 216
2.1 Adicional de periculosidade – generalidades 216
2.2 Integração do adicional de periculosidade 216
2.3 Caracterização de atividade perigosa 217
2.4 Não caracterização da atividade perigosa 218
2.5 Perícia 218

ADICIONAL DE PENOSIDADE

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 219
1.1 Omissão legislativa na regulamentação do adicional de penosidade 219

PARCELAS INDENIZATÓRIAS

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 220
1.1 Participação dos empregados na gestão da empresa 220
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 220
2.1 Participação nos lucros e resultados (PLR) 220
2.2 Auxílio-alimentação 221
2.3 Salário-família 222
3. Súmulas e OJs do TST 222
3.1 Participação nos lucros e resultados 222
3.2 Diárias 222
3.3 Vale-transporte 223
3.4 Salário-família 223
3.5 Seguro-desemprego 223
3.6 Auxílio-alimentação 223

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 224
1.1 Equiparação salarial 224

2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 224
2.1 Níveis remuneratórios diferenciados na Petrobras e o princípio da isonomia 224
2.2 Plano de cargos e salários e promoção 224
3. Súmulas e OJs do TST 225
3.1 Equiparação salarial – generalidades 225
3.2 Plano de cargos e salários aprovado por instrumento coletivo e ausência de alternância de critérios de promoção por antiguidade e merecimento 226
3.3 Equiparação salarial na Administração Pública 226
3.4 Salário-substituição 226
3.5 Equiparação salarial entre auxiliar de enfermagem e atendente de enfermagem 227
3.6 Equiparação salarial do empregado que exerce as funções de auxiliar de laboratório 227
3.7 Quadro de carreira 227

ACÚMULO DE FUNÇÃO E DESVIO DE FUNÇÃO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 227
1.1 Acúmulo de função 227
2. Súmulas e OJs do TST 228

GARANTIAS DE PROTEÇÃO AO SALÁRIO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 228
1.1 Retenção dolosa do salário 228
2. Súmulas e OJs do TST 228
2.1 Descontos salariais 228
2.2 Pagamento na primeira audiência judicial e a multa do art. 467 da CLT 229
2.3 Massa falida e a multa do art. 467 da CLT 229
2.4 Inadimplemento de verbas trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé 229

REAJUSTES SALARIAIS

1. Súmulas e OJs do TST 229
1.1 Reajustes salariais previstos em norma coletiva 229
1.2 Diferenças salariais decorrentes de planos econômicos 230
1.3 Conversão de salários de cruzeiro para cruzados 230
1.4 Reajuste do adiantamento salarial. Lei nº 7.686/88. Salário de abril e maio de 1988 230

1.5 Remuneração dos empregados públicos e reajuste 231
1.6 Reajustes salariais dos entes públicos previstos em legislação federal 231
1.7 Aplicação da legislação eleitoral aos empregados públicos 231
1.8 Tema correlato: Efeitos financeiros da Anistia 231

CAPÍTULO X
ESTABILIDADE E GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO 233

ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO - GENERALIDADES

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 233
1.1 Proibição da dispensa arbitrária e julgamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT (ADI 1625 E ADC 39) 233
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 233
2.1 Ajuizamento de ação após o período estabilitário 233
3. Súmulas e OJs do TST 234
3.1 Decisão que converte a reintegração em indenização 234
3.2 Ajuizamento de ação após o período estabilitário 234
3.3 Estabilidade prevista em regulamento interno 235

ESTABILIDADE POR TEMPO DE SERVIÇO

1. Súmulas e OJs do TST 235

ESTABILIDADE DO DIRIGENTE SINDICAL

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 236
1.1 Dispensa do dirigente sindical e obrigatoriedade do inquérito para apuração de falta grave 236
1.2 Estabilidade dos delegados sindicais 236
1.3 Estabilidade dos membro do conselho fiscal 237
1.4 Ajuizamento de ação após o período estabilitário 237
2. Súmulas e OJs do TST 238
2.1 Características e requisitos da estabilidade do dirigente sindical 238
2.2 Dispensa do dirigente sindical e obrigatoriedade do inquérito para apuração de falta grave 238
2.3 Decisão que converte a reintegração em indenização 239
2.4 Estabilidade dos membros do conselho fiscal 239
2.5 Estabilidade dos delegados sindicais 239
2.6 Ajuizamento de ação após o período estabilitário 239

ESTABILIDADE DA GESTANTE

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 240
   1.1 Estabilidade da gestante 240
   1.2 Tema correlato: afastamento de funções insalubres..... 240
   1.3 Tema correlato: recepção pela Constituição Federal do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário. 241
   1.4 Tema correlato: termo inicial da licença-maternidade 241
   1.5 Tema correlato: licença-maternidade da adotante..... 241
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 242
   2.1 Estabilidade da gestante 242
   2.2 Ajuizamento de ação após o período estabilitário..... 243
   2.3 Garantia provisória no emprego da gestante no trabalho temporário (Incidente de Assunção de Competência) 243
3. Súmulas e OJs do TST 244
   3.1 Generalidades sobre estabilidade da gestante 244
   3.2 Impossibilidade de renúncia ou transação..... 244
   3.3 Decisão que converte a reintegração em indenização 244
   3.4 Ajuizamento de ação após o período estabilitário..... 244
   3.5 Salário-maternidade após CF/88..... 245

ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 245
   1.1 Estabilidade por doença ocupacional 245
   1.2 Reparação por danos decorrentes de acidente do trabalho ou doença ocupacional e prescrição 245
   1.3 Ajuizamento de ação após o período estabilitário..... 246
2. Súmulas e OJs do TST 246
   2.1 Generalidades..... 246
   2.2 Requisitos previstos em instrumento coletivo para aquisição da estabilidade decorrente de acidente do trabalho. 247
   2.3 Decisão que converte a reintegração em indenização 247
   2.4 Ajuizamento de ação após o período estabilitário..... 247

EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 248
   1.1 Estabilidade do cipeiro e a extinção do estabelecimento..... 248
   1.2 Suplente da CIPA..... 248

1.3 Ajuizamento de ação após o período estabilitário 249
2. Súmulas e OJs do TST 249

EMPREGADOS ELEITOS DIRETORES DE SOCIEDADE COOPERATIVA

1. Súmulas e OJs do TST 250

ESTABILIDADE DO EMPREGADO PÚBLICO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 250
1.1 Dispensa imotivada do empregado público 250
1.2 Tema correlato: estabilidade da gestante no serviço público 250
1.3 Tema correlato: regime jurídico único 251
2. Súmulas e OJs do TST 251
2.1 Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação 252
2.2 Servidor público de fundação regido pela CLT 252

CAPÍTULO XI

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS 253

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 253
1.1 Contrato nulo de empregado público não submetido à prévia aprovação em concurso público. 253
1.2 Prescrição 254
1.3 Correção monetária 254
1.4 Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS 255
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 256
2.1 Conta vinculada 256
2.2 Rescisão indireta 256
2.3 Parcelamento do FGTS e direito de cobrança pelo empregado 256
2.4 Base de cálculo da pensão mensal e não incidência do FGTS .. 256
2.5 Parcelas prescritas 257
2.6 Multa de 40% do FGTS 257
2.7 Ônus da prova quanto a regularidade 257
3. Súmulas e OJs do TST 258
3.1 Incidência do FGTS 258
3.2 Não incidência do FGTS 258
3.3 Índice de correção 258

3.4 Multa de 40% do FGTS 258
3.5 Contrato nulo 259
3.6 Prescrição 259
3.7 Expurgos inflacionários 259
3.8 Equivalência jurídica entre FGTS e estabilidade 260
3.9 Ônus da prova 260

CAPÍTULO XII

DA REPARAÇÃO DO DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES 261

RESPONSABILIDADE CIVIL TRABALHISTA OBJETIVA

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 261
   1.1 Possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho 261
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 262
   2.1 Agente postal e responsabilidade objetiva 262
   2.2 Competência da Justiça do Trabalho 262
3. Súmulas e OJs do TST 262

REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 263
   1.1 Dano extrapatrimonial e sua tarifação na Justiça do Trabalho 263
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 263
   2.1 Dano moral em ricochete 263
   2.2 Configuração do dano moral in re ipsa 264
   2.3 Não configuração do dano moral in re ipsa 265
   2.4 Competência da Justiça do Trabalho 267
3. Súmulas e OJs do TST 267

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E PENSÃO MENSAL

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 268
   1.1 Pensão mensal a título de dano material e concausa 268
   1.2 Pensão mensal a título de dano material e pagamento em parcela única 268
   1.3 Pensão mensal a título de dano material e cumulação 268
   1.4 Fixação dos valores da indenização por danos materiais em caso de incapacidade para o trabalho 269

1.5 Base de cálculo da indenização por danos materiais 269
1.6 Competência da Justiça do Trabalho 269
2. Súmulas e OJs do TST 270

CAPÍTULO XIII

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 271

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 271
1.1 Fatores de risco psicossociais na NR-1 271
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 272
2.1 Pausa especial para o trabalhador rural 272
2.2 Ausência de instalações sanitárias e local para alimentação em atividades externas 272
2.3 Configuração de atividade perigosa 273
2.4 Configuração de atividade insalubre 273
2.5 Não configuração da atividade insalubre 273
3. Súmulas e OJs do TST 274
3.1 Não caracterização de atividade perigosa 274
3.2 Não caracterização da atividade insalubre 275
3.3 Caracterização da atividade insalubre 275

CAPÍTULO XIV

AVISO-PRÉVIO 277

AVISO-PRÉVIO

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 277
1.1 Prescrição bienal e projeção do aviso-prévio 277
1.2 PLR e projeção do aviso-prévio 277
1.3 Irrenunciabilidade do aviso-prévio 277
1.4 Demissão próxima à correção salarial e a projeção do aviso-prévio 278
1.5 Indenização de 40% e desconsideração da projeção do aviso-prévio 278
1.6 Aviso prévio e garantia provisória no emprego 279
2. Súmulas e OJs do TST 279
2.1 Aviso-prévio proporcional 279

2.2 Contagem do prazo do aviso-prévio 279
2.3 Natureza jurídica e irrenunciabilidade do aviso-prévio 280
2.4 Aviso-prévio e garantias provisórias de emprego 280
2.5 Aviso-prévio e seus efeitos 280
2.6 Aviso-prévio e FGTS 281
2.7 Aviso-prévio e contratos específicos 281
2.8 Aviso-prévio e culpa recíproca 281
2.9 Indenização adicional 281

CAPÍTULO XV

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 283

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 283
1.1 Transação extrajudicial 283
1.2 Administração pública e demissão do empregado público 283
1.3 Demissão em massa 284
1.4 Proibição da dispensa arbitrária e julgamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT (ADI 1625 e ADC 39) 284
1.5 Proteção em face da automação 285
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 285
2.1 Pedido de demissão 285
2.2 Rescisão indireta 285
2.3 Dispensa imotivada de empregado admitido antes da privatização de empresa pública 286
2.4 Pagamento das verbas rescisórias 286
2.5 Dispensa por justa causa 286
2.6 Dispensa discriminatória 287
3. Súmulas e OJs do TST 287
3.1 Férias proporcionais 287
3.2 Dispensa discriminatória 288
3.3 Falta grave 288
3.4 Aposentadoria espontânea. Extinção do contrato 288
3.5 Despedida imotivada do servidor público 289
3.6 Readmissão 289
3.7 Multa prevista no art. 477 da CLT 289
3.8 Término das atividades empresariais. Pagamento do salário 290
3.9 Contrato nulo 290
3.10 Quitação e compensação 290

MULTA DO ART. 467 DA CLT

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 291
   1.1 Quando a multa do art. 467 é indevida 291
   1.2 Quando a multa do art. 467 é devida 291
2. Súmulas e OJs do TST 291
   2.1 Pagamento na primeira audiência judicial e a multa do art. 467 da CLT 291
   2.2 Massa falida e a multa do art. 467 da CLT 291

MULTA DO ART. 477, §8º, DA CLT

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 292
   1.1 Quando a multa é devida 292
   1.2 Hipóteses que não excluem sua incidência 292
   1.3 Quando a multa não é devida 293
   1.4 Base de cálculo 293
2. Súmulas e OJs do TST 294

CAPÍTULO XVI

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 295

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 295
   1.1 Cobrança de valores não depositados de FGTS 295
   1.2 Reparação civil de dano ambiental 295
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 296
   2.1 Prescrição total 296
   2.2 Prescrição parcial 296
   2.3 Prescrição bienal 297
   2.4 Prescrição trienal 297
   2.5 Imprescritibilidade 298
   2.6 Interrupção da prescrição 298
   2.7 Suspensão da prescrição 298
   2.8 Termo inicial 298
   2.9 Parcelas alcançadas pela prescrição 300
   2.10 Vedação da declaração de ofício da prescrição 300
3. Súmulas e OJs do TST 301
   3.1 Prescrição 301

3.2 Prescrição total 301
3.3 Prescrição parcial 302
3.4 Ação Rescisória. Prescrição total e parcial 303
3.5 Suspensão do contrato de trabalho 303
3.6 Interrupção da prescrição 303
3.7 Rurícola 304
3.8 FGTS 304
3.9 Expurgos inflacionários 304
3.10 Ação de cumprimento 305
3.11 Mudança do regime celetista para estatutário 305
3.12 Complementação de pensão e auxílio funeral 305
3.13 Ministério Público 305
3.14 Decadência 306

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO XVII
ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA 309

ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 309
   1.1 Adequação setorial negociada 309
   1.2 Ultratividade das normas coletivas 310
   1.3 Plano de Demissão Voluntária previsto em norma coletiva 310
   1.4 Demissão em massa e desnecessidade de celebração de convenção ou acordo coletivo 311
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 311
   2.1 Abrangência da categoria profissional diferenciada 311
   2.2 Multa pelo descumprimento de obrigação prevista em lei 311
   2.3 Compensação entre progressões por antiguidade previstas em PCCS e em norma coletiva 312
3. Súmulas e OJs do TST 312
   3.1 Vigência da convenção e do acordo coletivo de trabalho. Ultratividade 312
   3.2 Categoria diferenciada 312
   3.3 Multa prevista em instrumento normativo 312

3.4 Negociação coletiva 313
3.5 Organização sindical 314

CAPÍTULO XVIII
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL 317

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL
1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 317
1.1 Contribuição sindical 317
1.2 Contribuição assistencial 318
1.3 Contribuição confederativa 318
2. Súmulas e OJs do TST 318

CAPÍTULO XIX
OUTROS ASSUNTOS EM DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 319

GREVE
1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 319
1.1 Competência da Justiça do Trabalho 319
1.2 Competência da Justiça Comum 319
1.3 Descontos dos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve 320
2. Súmulas e OJs do TST 320

PODER NORMATIVO DO TST 320
1. Súmulas e OJs do TST 320

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO XX
PRINCÍPIOS 323
1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 323
1.1 Exigência de depósito prévio para interpor recurso administrativo em face dos princípios do Acesso à justiça, Contraditório e Ampla defesa 323
1.2 Não recepção pela CF/88 do Art. 636 da CLT 323
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista

Repetitivo 324
2.1 Acesso à justiça e contraditório 324
3. Súmulas e OJs do TST 324
3.1 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias 324
3.2 Princípio da inercia da jurisdição (ou princípio da demanda) 325
3.3 Exigência de depósito prévio para interpor recurso administrativo em face dos princípios do Acesso à justiça, Contraditório e Ampla defesa 325

CAPÍTULO XXI

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 327

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 327
1.1 Competência da Justiça do Trabalho 327
1.2 Competência da Justiça Comum 330
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 333
2.1 Competência em razão da matéria..... 333
2.2 Competência territorial..... 335
3. Súmulas e OJs do TST 335
3.1 Imunidade de jurisdição. Organização ou organismo internacional..... 335
3.2 Competência em razão da matéria..... 335
3.3 Competência funcional 338
3.4 Competência territorial-funcional 338
3.5 Conflito de competência 338

CAPÍTULO XXII

MINISTÉRIO PÚBLICO 341

1. Súmulas e OJs do TST 341
1.1 Legitimidade do Ministério Público do Trabalho..... 341
1.2 Ação Civil Pública. Competência 342

CAPÍTULO XXIII

AÇÕES E CONDIÇÕES DA AÇÃO..... 343

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 343
1.1 FGTS..... 343
1.2 Legitimidade extraordinária do sindicato..... 343
2. Súmulas e OJs do TST 344
2.1 Legitimidade..... 344

2.2 Impossibilidade jurídica do pedido 344
2.3 Interesse de agir 344

CAPÍTULO XXIV

PARTES 345

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 345
   1.1 Justiça Gratuita 345
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 346
   2.1 Justiça Gratuita 346
   2.2 Litisconsórcio na Terceirização 347
3. Súmulas e OJs do TST 348
   3.1 Justiça Gratuita 348
   3.2 Litisconsórcio 348
   3.3 Intervenção de terceiros 349

CAPÍTULO XXV

PROCURADORES 351

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 351
   1.1 Honorários advocatícios 351
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 351
   2.1 Honorários advocatícios sucumbenciais 351
   2.2 Honorários advocatícios e a produção antecipada de prova 353
3. Súmulas e OJs do TST 354
   3.1 Capacidade postulatória – Jus postulandi 354
   3.2 Representação 354
   3.3 Advogado 357
   3.4 Honorários advocatícios 357
   3.5 Honorários periciais 357

CAPÍTULO XXVI

ATOS PROCESSUAIS 359

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 359
   1.1 Citação postal 359
   1.2 Pluralidade de advogados 359
2. Súmulas e OJs do TST 360

2.1 Notificação 360
2.2 Prazos processuais 360

CAPÍTULO XXVII

PETIÇÃO INICIAL 363

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 363
1.1 Alçada 363
2. Súmulas e OJs do TST 363
2.1 Indeferimento da inicial 363
2.2 Alteração de ofício do valor de causa 363
2.3 Alçada 364
2.4 Comissão paritária – portuários 364

CAPÍTULO XXVIII

TUTELA ANTECIPADA 365

1. Súmulas e OJs do TST 365

CAPÍTULO XXIX

AUDIÊNCIA 367

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 367
1.1 Ausência na audiência 367
1.2 Acordo judicial 368
2. Súmulas e OJs do TST 368
2.1 Ausência na audiência 368
2.2 Atraso na audiência 368
2.3 Conciliação 369

CAPÍTULO XXX

RESPOSTAS DO RÉU 371

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 371
1.1 Compensação 371
1.2 Dedução 371
2. Súmulas e OJs do TST 372
2.1 Compensação 372
2.2 Revelia 372

CAPÍTULO XXXI

PROVAS 373

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórias do STF 373
   1.1 Ônus da prova 373
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 374
   2.1 Ônus da prova 374
   2.2 Prova testemunhal 376
   2.3 Prova documental 377
   2.4 Prova pericial 377
3. Súmulas e OJs do TST 378
   3.1 Ônus da Prova 378
   3.2 Prova documental 379
   3.3 Prova Testemunhal 379
   3.4 Confissão 379

CAPÍTULO XXXII

SENTENÇA 381

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 381
   1.1 Multa do artigo 467 da CLT e reconhecimento do vínculo 381
   1.2 Pensionamento em parcela única não é direito subjetivo da parte 381
   1.3 Sentença líquida e momento para impugnação dos valores fixados 381
   1.4 Contribuição previdenciária no acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo 382
2. Súmulas e OJs do TST 382
   2.1 Fato superveniente 382
   2.2 Vícios da sentença. Julgamento ultra, extra e citra petita 382

CAPÍTULO XXXIII

COISA JULGADA 385

1. Súmulas e OJs do TST 385

CAPÍTULO XXXIV

PROCEDIMENTO SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO 387

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 387
   1.1 Procedimento sumário 387

CAPÍTULO XXXV

RECURSO 389

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 389
   - 1.1 Custas processuais 389
   - 1.2 Depósito recursal 390
   - 1.3 Irrecorribilidade 392
2. Súmulas e OJs do TST 392
   - 2.1 Teoria Geral dos Recursos 392
   - 2.2 Recursos em espécie 401

CAPÍTULO XXXVI

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 413

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórias do STF 413
   - 1.1 Atualização dos débitos 413
   - 1.2 Juros e correção monetária 414
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 415
   - 2.1 Irrecorribilidade da decisão que homologa cálculos 415

CAPÍTULO XXXVII

EXECUÇÃO TRABALHISTA 417

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórios do STF 417
   - 1.1 Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas - FUNGET 417
   - 1.2 Inclusão na fase de execução de empresa do grupo econômico 417
   - 1.3 Responsabilidade da administração pública no caso de terceirização 418
   - 1.4 Penhora de verbas estaduais 418
   - 1.5 Prazo dos embargos à execução da Fazenda Pública 419
   - 1.6 Prisão do depositário infiel 419
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 419
   - 2.1 Responsabilidade subsidiária e solidária 419
   - 2.2 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (empresa em recuperação judicial) 421
   - 2.3 Meios indiretos de execução 421
   - 2.4 Penhora 421
   - 2.5 Defesas na execução 422
   - 2.6 Devolução de valores pagos a maior 422

2.7 Prescrição intercorrente 423
3. Súmulas e OJs do TST 424
3.1 Juros 424
3.2 Correção Monetária 424
3.3 Contribuições Previdenciárias e Imposto de Renda 425
3.4 Penhora 428
3.5 Depositário 429
3.6 Embargos de Terceiro 429
3.8 Entidade Pública 430

CAPÍTULO XXXVIII

AÇÃO RESCISÓRIA 431
1. Súmulas e OJs do TST 431
1.1 Competência 431
1.2 Legitimidade do Ministério Público do Trabalho 432
1.3 Litisconsórcio 432
1.4 Decadência 432
1.5 Pressupostos da ação rescisória 434
1.6 Petição Inicial 436
1.7 Hipóteses de cabimento 437
1.8 Resposta do réu 445
1.9 Recursos 446
1.10 Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda 447
1.11 Ação rescisória de ação rescisória. Indicação de violação dos mesmos dispositivos legais apontados na rescisória primitiva .. 447
1.12 Ação cautelar em ação rescisória para suspender execução. Documentos indispensáveis 447

CAPÍTULO XXXIX

MANDADO DE SEGURANÇA 449
1. Súmulas e OJs do TST 449
1.1 Prova documenta pré-constituída 449
1.2 Cabimento 449
1.3 Contagem do prazo para impetração do mandado de segurança 453
1.4 Recursos 453

CAPÍTULO XL

DISSÍDIO COLETIVO 455

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórias do STF 455
   - 1.1 Competência 455
   - 1.2 Comum acordo 455
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 455
   - 2.1 Dispensabilidade do trânsito em julgado para a ação de cumprimento 455
3. Súmulas e OJs do TST 456
   - 3.1 Poder normativo do TST 456
   - 3.2 Ação de cumprimento 456
   - 3.3 Legitimidade do sindicato 457
   - 3.4 Cabimento do dissídio coletivo 457
   - 3.5 Requisitos para instauração do dissidio coletivo 458
   - 3.6 Acordo homologado 458
   - 3.7 Cautelares 458
   - 3.8 Homologação de acordo extrajudicial 458
   - 3.9 Custas 458

CAPÍTULO XLI

INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE 459

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 459
   - 1.1 Dirigente sindical 459

CAPÍTULO XLII

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO CIVIL COLETIVA 461

1. Precedentes jurisprudenciais obrigatórias do STF 461
   - 1.1 Inconstitucionalidade do art. 16 da Lei nº 7.347/85 461
2. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 461
   - 2.1 Tutela inibitória em ACP 461
   - 2.2 Legitimidade extraordinária do sindicato 462

CAPÍTULO XLIII

HABEAS CORPUS 463

1. Súmulas e OJs do TST 463

CAPÍTULO XLIV

PROTESTO JUDICIAL 465

1. Teses firmadas pelo TST em sede de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo 465
   1.1 Protesto judicial e prescrição 465